

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 23 DE JULHO DE 2002

Boa tarde,

Eu queria, aproveitando a presença do Ministro do Trabalho, transmitir, por intermédio de vocês, pela televisão, rádio e pela imprensa escrita a minha satisfação pela decisão que, por proposta do Governo, foi tomada pelo Condefat, que é o Conselho que dirige o FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador. Houve uma decisão importante, que é a de aumentar, neste segundo semestre, em 8 bilhões de reais os programas – que já vou dizer quais são – que podem ativar o emprego e melhorar as condições de vida, sobretudo dos pequenos e micro empreendedores e dos trabalhadores nessas áreas.

Se somarmos a esses 8 bilhões, agora destinados a esse tipo de atividade, os 9 bilhões que estamos distribuindo diretamente aos trabalhadores por causa do FGTS, isso significa que, nesse segundo semestre, estamos dando uma injeção de 17 bilhões de reais à economia, através da transferência de recursos para as populações que mais necessitam, para os trabalhadores e para os autônomos, os micro e pequenos empresários.

Isso tem uma importância grande, não só em função de que, efetivamente, ajuda a manutenção de um ritmo de atividade, como porque mantém ou amplia o número de empregos da ordem de 4 milhões de trabalhadores. Digo mantém ou amplia porque, naturalmente, uma boa parte desse pessoal está trabalhando, vai trabalhar mais, melhor, e permite uma certa ampliação. O cálculo que fez o Condefat, o Governo, o Ministério do Trabalho é o de que seriam 4 milhões de empregos assim garantidos.

Entre os recursos contidos nesses 8 bilhões, quero chamar a atenção para um que se chama FAT Empreendedor Popular. Para este estamos destinando 1 bilhão de reais, aos quais se soma outro bilhão das agências financiadoras para empréstimos ao pequeno negócio, entendendo-se por isso empréstimos entre 1.000 e 2.000 reais. Isso é muito importante. Esses recursos passam via Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, cooperativas e também ONGs.

De modo que, realmente, se pode ter um grande efeito de penetração nas camadas que mais necessitam desses recursos. Eu lembraria que, por exemplo, na Rocinha, no Rio, funciona uma organização de microcrédito. Lembraria que, ainda ontem, recebi aqui o grupo que está tratando de cuidar da memória do Tim Lopes e da recuperação do Complexo do Alemão, e uma das demandas era precisamente a reativação de trabalho para as populações daquela região. Pois bem, esses recursos são para esse tipo de ação, portanto, uma das ações possíveis, lá, nessa região, é a utilização de recursos dessa natureza para suscitar o pequeno empreendedor popular.

Também estamos destinando, através desses recursos, mais 150 milhões de reais para o financiamento de imóveis prontos, imóveis que podem ser não necessariamente em construção, mas imóveis que já existem. Isso é uma demanda muito grande no Brasil e, graças a esses recursos do FAT, em parte pelo menos, poderá ser atendida.

Chamo, finalmente, a atenção para que houve uma reestruturação do Proger, que atende às micro e pequenas empresas, tanto o Proger urbano quanto o Proger rural. No caso do Proger urbano, há uma inovação importante, porque será possível se obter até 50 mil reais para

capital de giro, que é um capital escasso. Esses 50 mil reais em condições bastante favoráveis, e em outras condições também favoráveis, até 100 mil reais. Existe 1 bilhão de reais aí, destinados para isso e, naturalmente, vão para empresas que têm um faturamento de até 3 milhões. Portanto, são empresas um pouco maiores, porque era até 2 e ampliamos para 3 milhões.

Da mesma maneira, no que diz respeito ao campo, o Governo tem um programa que é importante, que é o Proger. No Proger rural há o Pronaf, que não é do Proger, é outro, o Pronaf, que assegura condições de financiamento, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário, para a produção familiar. E há os grandes financiamentos das empresas de *agrobusiness*, que vão pelo Banco do Brasil. Mas entre esses dois não havia nada definido.

Pois bem, o Proger rural está destinando, agora, 700 milhões para empresários do campo que não são nem os que têm acesso ao crédito dos bancos, os grandes empresários, nem são tão pequenos, ou melhor, tão limitados pela produção apenas familiar. São 700 milhões.

De modo que acho que há momentos em que precisamos manter viva a nossa capacidade de tomar decisões que permitam a continuidade de uma atividade econômica, mormente porque vemos que o mundo está passando por uma época de turbulência, que tem efeito aqui. Em vez de cruzar os braços, estamos tratando de destinar recursos para animar atividades que realmente possam beneficiar os mais necessitados e, sobretudo, a microempresa e a pequena empresa.

Acho que o volume de recursos – 17 bilhões, somando, naturalmente, nisso o FGTS, que não é para isso, mas que já está sendo repassado a essa faixa da população – terá um impacto positivo no que diz respeito à continuidade de condições de trabalho para as camadas que mais necessitam.

Agradeço a vocês. Se o Ministro quiser dar algum esclarecimento, deixo aos cuidados de tão expressivo Comitê, como este, aqui, do Palácio.

Muito obrigado.